A INTEGRAÇÃO DE ENFERMEIROS E CIRURGIÕES DENTISTAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL FEMININA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

THE INTEGRATION OF NURSES AND DENTAL SURGEONS IN COMBATING FEMALE SEXUAL VIOLENCE: CHALLENGES AND STRATEGIES

LA INTEGRACIÓN DE ENFERMEROS Y CIRUJANOS DENTISTAS EN LA LUCHA CONTRA LA VIOLENCIA SEXUAL FEMENINA: DESAFÍOS Y ESTRATEGIAS

Antonio Felipe Da Silva Fragoso. Estudante de Graduação em bacharelado em enfermagem, Centro Universitário UNIFIP, Patos, Paraíba, silvafellipefragoso123@gmail.com . 0009-0002-0621-3122

Bárbara Araújo Camboim,. Estudante de Graduação em Odontologia. Centro Universitário UNIFIP, Patos, Paraíba, barbaracamboim@odonto.fiponline.edu.br . 0009-0005-9755-6834

Jéssica Maria Veras Alves. Estudante de Graduação em enfermagem. Centro Universitário UNIFIP, Patos, Paraíba jessicaalves@enf.fiponline.edu.br . 0009-0002-9646-8531

Maíra Araújo de Souza, Estudante de Graduação em Odontologia, Centro Universitário UNIFIP, mairasouza@odonto.fiponline.edu.br, 0009-0004-1435-777X.

Maria Paulina Medeiros da Silva, Estudante de Graduação em Odontologia, Centro Universitário UNIFIP, mariasilva10@odonto.fiponline.edu.br , 0009-0006-9944-3048.

Vera Lucia Bandeira de Sá . Estudante de Graduação em radiologia. Centro Universitário UNIFIP, Patos, Paraíba. Verasa@radio.fiponline.edu.br . 0009-0007-8882-4045

Josué Brito Gondim. Mestre em Inovações Terapêuticas-UFPE. Centro Universitário UNIFIP, Patos, Paraíba. josuegondim@fiponline.edu.br. 0000-0002-8888-0932

Autor correspondente: Antonio Felipe -silvafellipefragoso123@gmail.com

DOI: 10.61223/coopex.v17i01.7953

Submetido: 30/03/2026
Aprovado: 06/12/2025

ISSN 2177-5052

Resumo
Introdução: A violência contra a mulher constitui um grave problema de saúde pública e uma violação fundamental dos direitos humanos, cujos desdobramentos afetam profundamente a vida das vítimas e a dinâmica social. Objetivo: A atuação integrada entre enfermagem, odontologia e áreas forenses contribui para a qualificação da assistência, a proteção dos direitos das vítimas. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa com abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. O estudo tem como foco analisar a violência sexual feminina em um contexto multidisciplinar, abordado a atuação da área da enfermagem e da odontologia. Resultados: Os resultados evidenciam que a violência sexual contra mulheres permanece como um relevante problema de saúde pública, com impactos físicos, psicológicos, sociais e reprodutivos expressivos. Observa-se predominância desse agravo entre o sexo feminino, especialmente em crianças e adolescentes, que concentram cerca de 80% dos casos notificados, refletindo desigualdades estruturais de gênero e a persistência de valores patriarcais. Conclusão: A notificação compulsória imediata em até 24 horas é um papel relevante para a saúde da mulher no Brasil, onde está presente para todos os serviços de saúde pública e privados, e para todos os profissionais da saúde onde inclui inclusive os Enfermeiros e os Cirurgiões-Dentistas.

Palavras-Chave: Violência contra a mulher. Direitos humanos. Humanização da Assistência

Abstract
Introduction: Violence against women constitutes a serious public health problem and a fundamental violation of human rights, the consequences of which profoundly affect the lives of victims and social dynamics. Objective: Integrated action between nursing, dentistry, and forensic areas contributes to improving the quality of care and protecting the rights of victims. Methodology: This is an integrative review with a qualitative approach, descriptive and exploratory in nature. The study focuses on analyzing sexual violence against women in a multidisciplinary context, addressing the role of nursing and dentistry. Results: The results show that sexual violence against women remains a significant public health problem, with substantial physical, psychological, social, and reproductive impacts. This problem is predominantly observed among females, especially children and adolescents, who account for approximately 80% of reported cases, reflecting structural gender inequalities and the persistence of patriarchal values. Conclusion: Immediate mandatory notification within 24 hours plays a relevant role in women's health in Brazil, where it is present in all public and private health services, and for all health professionals, including nurses and dentists.

KeywordS: Violence against women. Human rights. Humanization of Assistance

Resumen
Introducción: La violencia contra las mujeres constituye un grave problema de salud pública y una violación fundamental de los derechos humanos, cuyas consecuencias afectan profundamente la vida de las víctimas y la dinámica social. Objetivo: La acción integrada entre enfermería, odontología y áreas forenses contribuye a mejorar la calidad de la atención y a proteger los derechos de las víctimas. Metodología: Se trata de una revisión integradora con un enfoque cualitativo, descriptivo y exploratorio. El estudio se centra en el análisis de la violencia sexual contra las mujeres en un contexto multidisciplinario, abordando el papel de la enfermería y la odontología. Resultados: Los resultados muestran que la violencia sexual contra las mujeres sigue siendo un problema significativo de salud pública, con importantes repercusiones físicas, psicológicas, sociales y reproductivas. Este problema se observa predominantemente entre las mujeres, especialmente niñas y adolescentes, que representan

ISSN 2177-5052

aproximadamente el 80% de los casos denunciados, lo que refleja las desigualdades estructurales de género y la persistencia de los valores patriarcales. Conclusión: La notificación obligatoria inmediata en un plazo de 24 horas desempeña un papel relevante en la salud de las mujeres en Brasil, donde está presente en todos los servicios de salud públicos y privados, y para todos los profesionales de la salud, incluyendo enfermeras y odontólogos..

Palabras clave: Violencia contra la mujer. Derechos humanos. Humanización de la asistencia

Introdução

A violência contra a mulher configura-se como um sério problema de saúde pública e uma violação dos direitos humanos, com impactos significativos tanto na vida das vítimas quanto na sociedade. Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha papel fundamental como porta de entrada do sistema e espaço estratégico para identificação, acolhimento e acompanhamento dessas mulheres. Estudos realizados em municípios de Pernambuco investigam a atuação dos profissionais da APS, especialmente enfermeiras, no acolhimento, encaminhamento e acompanhamento de casos, evidenciando desafios como limitações estruturais, falta de capacitação específica e fragilidade na articulação com a rede de proteção. (SANTOS *et al.*, 2018).

No Brasil, as políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher buscam promover a dignidade e reduzir os índices de violência em âmbito nacional (SOUSA et al., 2024). Historicamente, até o início dos anos 2000, as ações eram predominantemente centradas nas delegacias, com caráter reativo e pouca ênfase em estratégias preventivas; somente a partir de 2011 consolidou-se a incorporação de práticas de acolhimento e atenção integral às vítimas (SANTOS *et al.*, 2015). Contudo, entre 2019 e 2021, observou-se retração nas redes de enfrentamento, marcada pela redução de investimentos e descontinuidade de programas governamentais (SALVADOR *et al.*, 2024), o que comprometeu a articulação intersetorial e a efetividade das políticas nacionais.

No contexto brasileiro, destacam-se marcos legais e normativos voltados ao enfrentamento dessa problemática, como a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha (AGUIAR *et al.*, 2020). Ademais, a Portaria nº 205/2016 institui a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, determinando que casos de violência sejam notificados em até 24 horas à Secretaria Municipal de Saúde,

fortalecendo a vigilância epidemiológica e a identificação desses agravos (MARTINS *et al.*, 2022).

As intervenções forenses são fundamentais no cuidado às mulheres vítimas de violência sexual, pois agregam conhecimentos técnico-científicos relacionados à coleta e preservação de vestígios, à documentação adequada e ao suporte profissional, ampliando a atuação dos profissionais de saúde para além do atendimento clínico imediato (RIBEIRO, C. L. *et al.*, 2021; GRANGEIRO, K. F. *et al.*, 2023). Na enfermagem, a integração com a área forense possibilita um atendimento seguro, humanizado e tecnicamente preciso, incluindo a realização de exames físicos e ginecológicos com sensibilidade, bem como a padronização da coleta de amostras biológicas, fundamentando-se em uma formação técnico-científica aliada a princípios humanísticos (RIBEIRO, C. L. *et al.*, 2021).

Os cirurgiões-dentistas, por sua vez, desempenham papel estratégico na identificação e documentação de lesões orofaciais e cervicofaciais, frequentemente associadas à violência sexual, considerando a elevada ocorrência de traumas na região de cabeça e pescoço; entretanto, ainda se observam lacunas quanto ao conhecimento das responsabilidades ético-legais e dos protocolos de notificação compulsória, o que limita sua atuação no enfrentamento desse agravo (NASCIMENTO, T. B. *et al.*, 2022). Dessa forma, a atuação integrada entre enfermagem, odontologia e áreas forenses contribui para a qualificação da assistência, a proteção dos direitos das vítimas e o fortalecimento das ações de saúde pública e justiça (GRANGEIRO, K. F. *et al.*, 2023).

Os desafios enfrentados pelos enfermeiros no enfrentamento da violência sexual envolvem aspectos éticos, legais e assistenciais, especialmente quanto ao acolhimento da vítima,identificação dos sinais de violência e realização da notificação compulsória. Muitos profissionais relatam insegurança e despreparo, relacionados à formação insuficiente e à falta de capacitação permanente (COSTA. *et al.*, 2024). Além disso, limitações institucionais, como ausência de protocolos claros e fragilidade na articulação da rede de proteção, comprometem a qualidade do atendimento e favorecem falhas na notificação dos casos (GARBIN. *et al.*, 2015).

A abordagem interdisciplinar favorece a identificação de sinais clínicos, qualifica o registro em prontuário e fortalece a preservação de vestígios, contribuindo para a produção de prova técnica no âmbito do sistema de justiça (SILVA, C. M. F. P. *et al.*, 2018). Ademais, o

alinhamento às normativas do sistema de saúde organiza os fluxos assistenciais e assegura a notificação adequada e a integralidade do cuidado (BRASIL, 2016). Assim, a consolidação dessa articulação interprofissional constitui estratégia essencial para a proteção da saúde e dos direitos das vítimas.

Essa pesquisa, tem como objetivo realizar uma análise sobre a atuação multiprofissional entre a enfermagem e a odontologia, no contexto de enfrentamento à violência contra a mulher através da revisão bibliográfica.

Método

Tipo Estudo

Trata-se de uma revisão integrativa com abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. O estudo tem como foco analisar a violência sexual feminina em um contexto multidisciplinar, abordado a atuação da área da enfermagem e da odontologia. A base teórica possibilita uma análise detalhada sobre atuação multidisciplinar no combate e prevenção da violência sexual feminina. Além disso, oferecer a compreensão do papel do enfermeiro e do odontologista no processo de detecção e de acolhimento de vítimas de violência contra a mulher.

Local da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida de forma remota, no qual consiste na análise de publicações indexadas aos bancos de dados cênicos regionais, nacionais e internacionais. Sobre o processo de coleta de dados ocorreu entre setembro de 2025 a fevereiro de 2026. A pesquisa seguiu a metodologia de sistematização dos dados.

Critérios de Seleção e População

Foram inclusos artigos publicados no idioma português ou inglês, que abordasse de maneira integral o contexto multidisciplinar da atuação de enfermeiros e odontologista na assistência às vítimas de violência sexual. Foram incluídos artigos que foram publicados entre 2015 a 2026. Foram excluídos artigos que estão duplicados, que não abordam a temática e que apresentam informações falsas.

Fontes de Dados e Bases Utilizadas

O processo de coleta de dados foi realizado de forma online, por meios de buscas manuais em bancos de dados como Scientific Electronic Library Online (SciELO) e MEDLINE (US National Library of Medicine). Sobre os descritores utilizados incluem: Violência contra a mulher. Direitos humanos. Humanização da Assistência.

Procedimento de Análise

Sobre o processo de processamento e analise da dados seguiu critérios rigorosos, o qual objetivou em garantir a confiabilidade das informações da atuação multidisciplinar da enfermagem e da odontologia no contexto que envolver vítimas de violência sexual feminina. Os dados foram categorizados 3 grupos principais (1) o papel da enfermagem e da odontologia no processo de acolhimento a vítimas de violência sexual (2) desafios enfrentados no contexto multidisciplinar, (3) habilidades e competência exigida para atuação de cada área no contexto a violência sexual feminina. O processo de sistematização das informações possibilitou a construção de uma síntese crítica e integrada das fontes de dados.

Aspectos Éticos

Não ocorreu a participação de seres humanos no por não envolver o processo de coleta de dados primário, consecutivamente é dispensado da submissão ao comitê de ética em pesquisa em conformidade a resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados

Os resultados evidenciam que a violência sexual contra mulheres permanece como um importante problema de saúde pública, com repercussões significativas nas dimensões física, psicológica, social e reprodutiva da saúde feminina. Observa-se predominância desse agravo entre indivíduos do sexo feminino, especialmente em crianças e adolescentes, que concentram aproximadamente 80% dos casos notificados (UNICEF, 2021). Além disso, destaca-se a elevada ocorrência de lesões decorrentes de violência na região de cabeça e pescoço, frequentemente associadas a episódios de agressão física (NASCIMENTO, T. B. et al., 2022).

Esses indicadores epidemiológicos e assistenciais relacionados à violência sexual contra mulheres encontram-se sintetizados na Tabela 1.

Tabela 1 – Estatísticas relacionadas à violência sexual contra mulheres e à atuação dos profissionais da saúde

Indicador	**Estatísticas**
Proporção de vítimas de violência sexual do sexo feminino.	Aproximadamente 80% dos casos.
Faixa etária mais acometida pela violência sexual.	Crianças e adolescentes.
Lesões decorrentes de violência localizadas na região de cabeça e pescoço.	Cerca de 50% dos casos.
Enfermeiros que relatam dificuldades no manejo de casos de violência sexual	Frequente entre os profissionais.
Cirurgiões-dentistas com conhecimento limitado sobre violência sexual e notificação compulsória	Alta prevalência.
Prazo para notificação compulsória de casos de violência interpessoal no Brasil	Até 24 horas.
Período de retração das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher	2019 a 2021

Fonte: (UNICEF, 2021); (SANCHES, M. et al. 2019); (NASCIMENTO, T. B. et al. 2022); (COSTA PRADO, J. et al. 2024); (MARTINS, L. C. et al. 2022); (SALVADOR, E. et al. 2024).

Os resultados também indicam a participação de diferentes profissionais da saúde no enfrentamento da violência sexual contra mulheres, sobretudo no contexto da Atenção Primária à Saúde. Enfermeiros, enfermeiros forenses, cirurgiões-dentistas e equipes multiprofissionais exercem funções relevantes na identificação de sinais de violência, no acolhimento das vítimas e na articulação com a rede de proteção (COSTA PRADO, J. *et al.*, 2024). Entretanto, foram identificados desafios relacionados à qualificação profissional, à segurança na abordagem das vítimas e à articulação intersetorial entre os serviços (NASCIMENTO, T. B. *et al.*, 2022). A

síntese das principais atribuições desses profissionais e dos desafios enfrentados na prática assistencial está apresentada na Tabela 2**.**

Tabela 2 – Atuação dos profissionais da saúde no enfrentamento da violência sexual contra mulheres e principais desafios

Profissional	**Atuação**	**Principais desafios**
Enfermeiros da APS	Acolhimento, escuta, identificação e encaminhamento	Insegurança e dificuldades ético-legais
Enfermeiros forenses	Coleta e documentação de vestígios, interface com a justiça	Inserção limitada na APS
Cirurgiões-dentistas	Identificação de lesões orofaciais e cervicofaciais	Baixo conhecimento sobre violência e notificação
Equipe multiprofissional	Articulação clínica e intersetorial	Fragilidade da rede de proteção

Fonte: (COSTA PRADO, J. et al., 2024); (RIBEIRO, C. L. et al., 2021); (GRANGEIRO, K. F. et al., 2023); (NASCIMENTO, T. B. et al. 2022); (MELO, R. M. et al., 2024).

Além dos aspectos epidemiológicos e assistenciais, os resultados demonstram que a violência sexual produz repercussões relevantes na saúde das mulheres, abrangendo dimensões psicológicas, físicas, sexuais e sociais (SPENCER, C. N. *et al.*, 2023). Entre os principais agravos identificados destacam-se transtornos mentais, lesões traumáticas, infecções sexualmente transmissíveis, gravidez não planejada e vulnerabilidade socioeconômica (DELALIBERA, C. G. *et al.*, 2017). Esses impactos reforçam a necessidade de acompanhamento multiprofissional e de estratégias assistenciais integradas para o cuidado às vítimas. As principais repercussões da violência sexual e suas implicações para os serviços de saúde encontram-se sintetizadas na Tabela 3**.**

Tabela 3 – Repercussões da violência sexual e implicações para os serviços de saúde.

Dimensão afetada	Principais repercussões	Implicações assistenciais
Saúde mental	Depressão, ansiedade, TEPT	Necessidade de acompanhamento psicológico
Saúde física	Lesões traumáticas e dor crônica	Registro clínico detalhado
Saúde sexual e reprodutiva	IST e gravidez não planejada	Acompanhamento multiprofissional
Dimensão social	Vulnerabilidade socioeconômica	Articulação intersetorial
Vigilância em saúde	Subnotificação -	Fortalecimento dos mecanismo de notificação

Fonte: (SPENCER, C. N. *et al*., 2023); (DELALIBERA, C. G. *et al*., 2017); (ONU MULHERES, 2022); (IPEA, 2022).

No âmbito institucional, também foram identificados instrumentos normativos e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres no Brasil. Esses marcos legais buscam estruturar a rede de proteção, orientar a atuação dos serviços de saúde e fortalecer a vigilância em saúde por meio da notificação compulsória dos casos (MENEGHEL, *et al*., 2013). A síntese dos principais instrumentos normativos e suas implicações para a assistência em saúde encontra-se apresentada na Tabela 4**.**

Tabela 4 – Instrumentos normativos e políticas públicas voltadas ao enfrentamento da violência contra mulheres.

Instrumento	Objetivo central	Implicações para a saúde
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)	Prevenir e coibir a violência doméstica e familiar	Articulação com rede de proteção e apoio às medidas protetivas
Notificação compulsória de violência interpessoal	Tornar obrigatória a comunicação de casos suspeitos ou confirmados	Fortalecimento da vigilância em saúde

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Garantir atenção integral à saúde feminina	Organização de fluxos assistenciais e cuidado humanizado
Diretrizes internacionais para enfrentamento da violência de gênero	Orientar práticas baseadas em evidências	Atendimento centrado na vítima e abordagem intersetorial
Recomendações para igualdade de gênero	Promoção de políticas estruturais de proteção	Integração entre saúde, justiça e assistência social

Fonte: (BRASIL, 2006); (BRASIL, 2016); (IPEA, 2022); (BRASIL, 2023); (GARCIA. *et al.*, 2016).

Os resultados apresentados evidenciam a complexidade e a multidimensionalidade da violência sexual contra mulheres, destacando aspectos epidemiológicos, assistenciais, institucionais e sociais relacionados a esse fenômeno. A análise dos indicadores, das repercussões na saúde das vítimas e da atuação dos profissionais de saúde permite compreender a magnitude do problema e a relevância da organização dos serviços para seu enfrentamento. Nesse sentido, a interpretação desses achados à luz da literatura científica torna-se fundamental para compreender os determinantes estruturais da violência e suas implicações para os serviços de saúde (MINAYO, M. C. S. *et al.*, 2020). Dessa forma, a seção seguinte apresenta a discussão dos resultados, buscando aprofundar a análise dos desafios e das estratégias necessárias para o fortalecimento das ações de prevenção, identificação e assistência às vítimas de violência sexual.

Discussão

Os achados deste estudo evidenciam que a violência sexual contra mulheres está diretamente relacionada a desigualdades estruturais de gênero e à persistência de padrões socioculturais que contribuem para a naturalização da violência e o silenciamento das vítimas. Esses fatores reforçam a vulnerabilidade feminina e dificultam a denúncia e a busca por apoio institucional. Estudos apontam que tais desigualdades são sustentadas por estruturas sociais historicamente construídas que perpetuam relações de poder desiguais entre homens e mulheres (SANCHES, M. *et al.*, 2019).

Nesse contexto, a Atenção Primária à Saúde (APS) assume papel estratégico no enfrentamento da violência sexual, uma vez que representa a principal porta de entrada do

sistema de saúde e possibilita o acompanhamento longitudinal das usuárias. A proximidade com a comunidade favorece a identificação precoce de sinais de violência e a criação de vínculos entre profissionais e usuárias, contribuindo para o acolhimento e para o encaminhamento adequado das vítimas (COSTA PRADO, J. *et al.*, 2024).

Entre os profissionais que atuam na APS, os enfermeiros destacam-se no processo de acolhimento, escuta qualificada e identificação de situações de violência. Entretanto, a literatura aponta desafios relacionados à insegurança profissional, às dificuldades na abordagem das vítimas e às limitações no conhecimento acerca dos procedimentos legais envolvidos no manejo desses casos (MARTINS, L. C. *et al.*, 2022). Tais fragilidades podem comprometer a efetividade da assistência e dificultar a adequada notificação dos casos.

Além da enfermagem, o cirurgião-dentista também exerce papel relevante na identificação da violência, especialmente devido à elevada frequência de lesões localizadas na região de cabeça e pescoço em situações de agressão. Nesse sentido, a avaliação clínica detalhada, o registro adequado em prontuário e a notificação compulsória constituem responsabilidades fundamentais desse profissional, conforme orientações estabelecidas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2016). Contudo, estudos indicam que parte desses profissionais ainda apresenta conhecimento limitado sobre os protocolos de identificação e notificação de violência (GARBIN, C. A. S. *et al.*, 2015).

As repercussões da violência sexual na saúde mental das vítimas também se destacam como aspecto relevante na literatura. Mulheres expostas a esse tipo de violência apresentam maior risco de desenvolver transtornos depressivos, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, condições que podem persistir por longos períodos e impactar negativamente a qualidade de vida e a funcionalidade social das vítimas (SPENCER, C. N. *et al.*, 2023). Essas condições reforçam a necessidade de acompanhamento psicológico e de suporte contínuo nos serviços de saúde.

No âmbito da saúde física, a violência sexual pode resultar em lesões traumáticas, dor crônica e manifestações somáticas associadas ao estresse prolongado. Além disso, observa-se maior ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada entre vítimas desse tipo de violência, o que exige abordagem clínica imediata e acompanhamento multiprofissional para minimizar possíveis complicações (DELALIBERA, C. G. *et al.*, 2017).

Sob a perspectiva social, a violência sexual ultrapassa os danos individuais e repercute na organização familiar, na autonomia econômica e na inserção social das mulheres. Evidências nacionais apontam que mulheres em situação de violência apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, fragilização de vínculos familiares e dificuldades de permanência no mercado de trabalho, fatores que contribuem para a manutenção de ciclos de dependência e exclusão social (LEITE, F. M. C. *et al.*, 2017).

Outro aspecto relevante refere-se à subnotificação dos casos de violência sexual. Estudos apontam que a violência contra a mulher ainda apresenta elevado grau de invisibilidade nos serviços de saúde, especialmente na Atenção Primária, o que contribui para a subnotificação dos casos (KIND. *et al.,* 2013). Fatores como medo de retaliação, dependência econômica e descrença nas instituições frequentemente dificultam a formalização das denúncias e o registro adequado das ocorrências (WAISELFISZ. *et al.,* 2015). Esse cenário compromete a produção de dados epidemiológicos confiáveis e limita o planejamento e a implementação de políticas públicas baseadas em evidências (IPEA, 2022).

No campo jurídico-institucional, a criação de instrumentos normativos voltados ao enfrentamento da violência contra a mulher representou avanço significativo na organização da resposta estatal ao problema. A promulgação da Lei Maria da Penha ampliou os mecanismos de proteção às mulheres e fortaleceu a articulação entre diferentes setores, como saúde, assistência social e sistema de justiça (MENEGHEL, *et al.*, 2013).

Apesar desses avanços, a efetividade das políticas públicas ainda enfrenta desafios relacionados à integração entre os serviços, à qualificação profissional e à garantia de acesso às medidas protetivas. Estudos apontam que limitações institucionais e desigualdades estruturais podem comprometer a capacidade de resposta dos serviços e dificultar a consolidação das estratégias de prevenção e enfrentamento da violência (GARCIA, *et al.*, 2015).

Além disso, análises recentes indicam que a descontinuidade de investimentos pode impactar negativamente a estrutura e o funcionamento da rede de proteção às mulheres (GARCIA, L. P. *et al.*, 2021). As fragilidades na implementação das políticas públicas também contribuem para a sobrecarga das equipes e para a insuficiente capacitação profissional (KIND, *et al.*, 2013). Esses fatores favorecem atrasos diagnósticos, subnotificação e falhas na documentação clínica dos casos de violência.

Diante desse cenário, a atuação multiprofissional integrada entre enfermagem, odontologia e áreas forenses mostra-se fundamental para fortalecer as estratégias de identificação, acolhimento e acompanhamento das vítimas de violência sexual. A articulação entre diferentes áreas do conhecimento contribui para ampliar a resolutividade dos serviços de saúde e qualificar o cuidado oferecido às mulheres (SCHRAIBER, L. B. *et al.*, 2015).

Além disso, a integração entre profissionais de saúde e a rede intersetorial favorece o encaminhamento adequado dos casos e fortalece os mecanismos de proteção social. Essa articulação possibilita maior efetividade na vigilância em saúde e no planejamento de estratégias preventivas voltadas à redução da violência de gênero (VILLELA, W. V. *et al.*, 2015).

Considerações Finais

Com a abordagem multidisciplinar em primeiro campo os Enfermeiros desempenham um papel fundamental na identificação e intervenção em situações de abuso, visto que oferecem cuidados que promovem a saúde e o bem-estar das vítimas, pois o mesmo tem o papel de identificar a violência sexual através da anamnese, do exame físico e na maioria das vezes através do exame ginecológico pois é nesse âmbito que é possível identificar agressões e até mesmo o abuso onde o profissional responsável e atuante nessa etapa é o Enfermeiro com Especialização em Saúde da Mulher/Saúde da Família. Dando continuidade à essa estratégia multidisciplinar os Cirurgiões-Dentistas também desempenham um papel crucial na identificação precoce e no tratamento das vítimas de violência, dada a frequente presença de lesões orofaciais nesses casos, pois é através dessas lesões que os primeiros sinais de violência são expostos, onde a mulher pode vir a relatar ou até mesmo quando não houver relatos o próprio Cirurgião-Dentista pode investigar e identificar a agressão e realizar intervenções como a notificação compulsória imediata em até 24 horas que é um papel relevante para a saúde da mulher no Brasil, onde está presente para todos os serviços de saúde pública e privados e para todos os profissionais da saúde onde inclui inclusive os Enfermeiros e os Cirurgiões-Dentistas.

Referências

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 26 fev. 2026.

BRASIL. Lei n. 14.550, de 19 de abril de 2023. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a concessão de medidas protetivas de urgência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2023. Acesso em: 26 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 fev. 2016. Acesso em: 26 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Viva: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_autoprovocada.pdf . Acesso em: 26 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Viva: instrutivo para notificação de violência interpessoal e autoprovocada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_notificacao_violencia_interpessoal_autoprovocada_2ed.pdf . Acesso em: 4 fev. 2026.

COSTA PRADO, J.; SILVA, M. A.; FRANCO, A. L. Violência sexual: os desafios da enfermagem no cuidado à mulher. Revista Científica Mais Pontual, Ituiutaba, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2024. Disponível em: https://revistas.facmais.edu.br/index.php/maispontual/article/view/212 . Acesso em: 4 fev. 2026.

DELALIBERA, C. G.; FRANCO, V. F.; FRANCO, G. M. Violência sexual contra a mulher brasileira: revisão sistemática da produção científica nacional (2011-2016). Revista Científica da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás "Cândido Santiago", Goiânia, v. 3, n. 2, 2017. Disponível em: https://www.revista.esap.go.gov.br/index.php/resap/article/view/50 . Acesso em: 26 fev. 2026.

GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. Violência doméstica: análise das notificações realizadas por profissionais de saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, DF, v. 68, n. 3, p. 454-460, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7167.2015680313i

GARCIA, Leila Posenato et al. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, DF, 2016. (Nota Técnica n. 24).

GARCIA, L. P.; FREITAS, L. R. S.; HÖFELMANN, D. A. Violência contra a mulher: indicadores de vigilância e desafios para os serviços de saúde. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 28, n. 1, e2018255, 2019. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742013000300003&lng=pt&nrm=iso> . Acesso em 04 fev. 2026.

GARCIA, L. P.; SILVA, G. D. M. Violência contra a mulher: análise dos impactos da Atenção Primária à Saúde na identificação e no cuidado. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 26,

n. 3, p. 987-996, 2021. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/physis/a/7CRjQTCrkX7RXrC7XFT3jDs/?format=html&lang=pt. Acesso em 04 fev. 2026.

GRANGEIRO, K. F., SOBREIRA, P. T. M., OLIVEIRA, G. S., SOUZA, A. C. DE, & BEZERRA, Y. C. P. (2023). atuação do enfermeiro forense em casos de violência sexual

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência 2022. Brasília, DF: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia . Acesso em: 26 fev. 2026.

KIND, Luciana et al. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1805–1815, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311X00096312

LEITE, F. M. C. et al. Violência contra a mulher e sua associação com o perfil socioeconômico. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 51, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2017051006841

ONU MULHERES. Violência contra as mulheres: dados e recomendações. Brasília, DF: ONU Mulheres Brasil, 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/violencia-contra-as-mulheres/ . Acesso em: 26 fev. 2026.

SILVA, C. M. F. P. et al. Atuação dos profissionais de saúde frente à violência sexual: desafios para a assistência integral. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 3035-3044, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.16102016

SPENCER, C. N. et al. Health effects associated with exposure to intimate partner violence against women and childhood sexual abuse: a burden of proof study. Nature Medicine, [S.l.], v. 29, p. 297-307, 2023. DOI: https://doi.org/10.1038/s41591-023-02629-5 .

WAISELFISZ, Julio Jacobo et al. Violência contra a mulher no Brasil: avanços e desafios na produção de informações. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 749-758, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232015203.12182014